

Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo

Eduardo Meditsch*

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Esta comunicação parte da constatação da dificuldade de definir o que seria uma fisiologia normal da atividade jornalística a partir dos trabalhos acadêmicos que enfatizam as patologias do jornalismo. Critica as abordagens do objeto propostas pelos paradigmas ideológico e positivista, por não darem conta desta definição. Propõe, como alternativa, a perspectiva da intersubjetividade, sustentada pelas teorias do discurso, da argumentação e do conhecimento, lançando algumas pistas para a caracterização do jornalismo enquanto um gênero específico de relação social mediada pela linguagem.

Inúmeros trabalhos acadêmicos tem se preocupado em apontar as patologias que acometem a atividade jornalística, relacionando a atuação da mídia com a perpetuação e o agravamento de problemas da sociedade. Poucos destes trabalhos, no entanto, mesmo considerando os mais consistentes e

bem fundamentados, trazem alguma indicação sobre o que poderia ser uma fisiologia normal do jornalismo. Esta realidade, bastante comum em nossa área de estudo, leva a um paradoxo que ou coloca em questão o trabalho acadêmico - como diagnosticar doenças num organismo se não se tem claro como ele deveria funcionar? - ou a própria existência do jornalismo: é preciso matar o doente para curar a doença. Esta comunicação tem por objetivo lançar algumas pistas a respeito de ferramentas teóricas que podem ser úteis na busca da delimitação do que seria a fisiologia normal do jornalismo.

A teoria do discurso situa o jornalismo como uma forma de relação social que se estabelece através do uso da linguagem. Como adverte BAKHTIN (1929:33), "no domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da fórmula jurídica, etc. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo

*Doutor pela UNL/Portugal, Professor da UFSC, Coordenador do Grupo de Jornalismo da Alaic. Esta comunicação foi originalmente apresentada ao Grupo de Estudos em Jornalismo no X Congresso da Compós, em Brasília.

dispõe de sua própria função no conjunto da vida social".

Desenvolvendo esta linha de raciocínio, BAKHTIN formulará mais tarde o conceito de *gêneros de discurso*: "Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos desta utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana.(...) Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera da utilização da língua elabora *seus tipos relativamente estáveis de enunciados*, sendo isso que denominamos *gêneros de discurso*."(BAKHTIN, 1979:279).

A descrição do jornalismo enquanto gênero de discurso permite uma primeira aproximação a sua fisiologia normal, e também à maneira específica como reflete e ao mesmo tempo refrata a realidade. A especificidade desta reflexão/refração se define num processo condicionado por sua construção, pela forma do discurso mas também por uma terceira variável que não é menos fundamental: a sua utilização pela sociedade.

Como propõe BARBERO (1995:64), "o gênero não é algo que se passa no texto, mas algo que passa *pelo* texto. (...) O gênero não é só uma estratégia de produção, de escritura, é tanto ou mais uma estratégia de leitura. Enquanto as pessoas não encontram a chave do gênero, não entendem o que está se passando na história". Desta forma, BARBERO (1995:39-40) considera que a recep-

ção não é apenas uma *etapa* do processo de comunicação, mas um *lugar novo* para repensar o processo inteiro da comunicação. A partir deste lugar, procura superar os limites de um "modelo mecânico" de análise dos meios, "sustentado em uma epistemologia condutista, segundo a qual a iniciativa da atividade comunicativa está toda colocada no lado do emissor, enquanto do lado do receptor a única possibilidade seria a de reagir aos estímulos que lhe envia o emissor":

"Entendo modelo mecânico como sendo aquele em que não há nem verdadeiros atores nem verdadeiros intercâmbios. É o modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um pólo a outro. Nele, a recepção é um ponto de chegada daquilo que já estava concluído. Ele leva a uma confusão epistemológica muito grave. Estaríamos confundindo, permanentemente, a significação da mensagem com o sentido do processo e o das práticas de comunicação, como também reduzindo o sentido destas práticas na vida das pessoas ao significado que veicula a mensagem. Seria entender todo o processo com base nesse significado, no qual se encontram as intenções do emissor e suas expectativas quanto ao receptor que o espera. Essa concepção confunde o sentido dos processos de comunicação na vida das pessoas com o significado dos textos, das mensagens, ou mesmo da linguagem dos meios"(BARBERO, 1995:40-1).

Em contraposição a este modelo, o "lugar da recepção" propõe o receptor como sujeito do processo comunicativo, e leva em consideração a mediação deste sujeito na produção de sentido. Esta perspectiva faz "o reconhecimento do sujeito e da pertinência de

uma teoria que parte das percepções deste último, de sua subjetividade; que acolhe as vacilações da significação; que entrevê a comunicação como um processo dialógico onde a verdade, que não será nunca mais a mesma, nasce da intersubjetividade"(MATTELART & MATTELART, 1989:201).

Admitir que o sentido da informação jornalística é construído intersubjetivamente, com a participação do receptor, determina um problema adicional em relação à veracidade de seu conteúdo. Qual é o grau de *verdade* (na acepção clássica do termo, que se refere à adequação com a realidade objetiva) que este discurso comporta?

Até agora, duas respostas têm prevalecido na teoria do jornalismo: é uma falsa verdade (resposta do paradigma positivista), ou uma verdade distorcida (resposta do paradigma ideológico). Estes dois paradigmas têm vários pontos em comum: a) definem o jornalismo como patologia, sem definir o que seria a sua fisiologia normal; b) não consideram a intersubjetividade inerente à sua produção de sentido, com a participação ativa do receptor.

Um diferente ponto de vista, ainda pouco explorado na teoria da notícia, pode facilitar a busca de uma resposta mais razoável para o problema. A consideração da intersubjetividade, ao tomar o discurso, enquanto uso da linguagem, como forma de interação social, propõe uma alteração nos critérios de aferição de verdade no conhecimento: desloca este critério tanto da objetividade ideal (critério dominante no paradigma positivista) quanto da subjetividade (critério dominante no paradigma ideológico), e o recoloca na *prática*, que contém as duas, e só pode ser compreendida "num mundo interpessoal de interações públicas"(TOULMIN, 1994:27).

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, é possível identificar uma concepção do que é real e verdadeiro fortemente estabelecida. Resumidamente, esta concepção propõe que a realidade é material e passível de ser conhecida, através da evidência dos fatos que a compõem. Nesta concepção, o discurso que se adequa e não contradiz os fatos da realidade é o discurso verdadeiro. Fatos são observações empiricamente verificáveis, e com fatos não se discute.

Esta concepção não apenas guia a prática cotidiana do homem comum, como inspira o ideal de objetividade presente tanto na prática dos jornalistas como na dos cientistas - que não são exatamente a mesma. A versatilidade que permite esta abrangência de aplicações práticas, possibilitou também diversos níveis de construção teórica que ajudam a sustentar a concepção: do intuitivo bom senso na vivência cotidiana, passando pelos manuais técnicos de jornalismo, até chegar a elaborados tratados de metodologia da ciência.

Embora discordem quanto aos procedimentos apropriados e também quanto ao grau de rigor necessário a que os fatos sejam devidamente apurados - enfim, quanto à metodologia adequada - estes diferentes tipos de racionalização concordam que os fatos verificados com maior rigor estabelecem a maior verdade possível. Por isso, o público em princípio não põe em questão os fatos apresentados pelos jornalistas em cujos critérios de apuração confia, e tanto o público como esses jornalistas costumam ter um profundo respeito pelos fatos apresentados pelos cientistas. A recíproca não é verdadeira, e os cientistas seguidamente põem em questão as verdades produzidas tanto pelo homem comum quanto pelos jornalistas. Pela superioridade

ridade de seu método de apuração de fatos, a ciência tem reconhecida a legitimidade da palavra final e a definição da verdade última.

No campo epistemológico, esta concepção dominante do real e do verdadeiro se expressa através de diversas escolas de pensamento cujo ponto de contato são categorias desenvolvidas no âmbito da tradição *positivista*. Da filosofia revolucionária de Saint-Simon que influenciou a obra de Karl Marx, à doutrina conservadora de Auguste Comte que punha freio aos sonhos do proletariado, da visão contestada do funcionalismo nas ciências sociais, à sofisticação teórica do Círculo de Viena, o triunfo do "terceiro estágio intelectual da humanidade" pode ser constatado em todos os campos do saber nos últimos duzentos anos, e na medida mesmo em que o capitalismo se transforma em fenômeno social total, torna-se o principal pilar da ideologia dominante, como "filosofia prática" que orienta o princípio de realidade dos indivíduos (PROKOP, 1986).

A mais imediata consequência do princípio de realidade orientado pela submissão aos fatos é a aceitação da fatalidade destes. O que é *objetivo*, por definição, situa-se fora do âmbito dos sujeitos; os *dados* da realidade estando lançados, só resta adequar-se a eles. Na percepção dos fatos assim considerados como objetivos, *verdade e realidade* não apenas se relacionam por adequação, mas também por identidade: passam a ser uma coisa só. Daí em diante, os fatos ganham vida própria, tornam-se *reificados*:

"A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer o mesmo é que a reificação é a apreensão dos produtos

da atividade humana *como se* fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado. É sentido pelo homem como uma facticidade estranha, um *opus alienum* sobre o qual não tem controle, em vez de ser sentido como o *opus proprium* de sua mesma atividade produtora." (BERGER & LUCKMANN, 1966:122-3)

A noção de realidade que reifica os fatos estabelece um critério de verdade baseado na objetividade. Se os fatos é que são a realidade, resta descrevê-los de maneira objetiva, anulando toda a intervenção do sujeito no resultado de sua descrição. Esta pretensão, que sustenta o ideal de objetividade no jornalismo, revela-se falaciosa quando se constata que a não-intervenção não passa de uma ilusão: as pesquisas sobre a construção da notícia e sobre a sua forma demonstraram que a própria noção de objetividade e a maneira de se adequar a ela varia com as circunstâncias (TUCHMAN, 1978; SCHUDSON, 1995).

De outra parte, se modificarmos o objeto de estudo, esquecendo por um momento o jornalismo para nos determos sobre a ciência que demonstra a subjetividade dele, poderemos chegar à mesma conclusão. A história e a etnografia das ciências e a análise do discurso científico aniquilam com a mesma facilidade o paradigma de objetividade que sustenta muitas vezes o ponto de vista dos cientistas. A perspectiva científica que vê o jornalismo apenas como distorção da reali-

dade, e sentencia que por sua subjetividade inerente é incapaz de conhecer, conduz a um paradoxo sem saída ao ser confrontada com a evidência de que também interfere nos fatos que estuda com igual grau de subjetividade.

Assim como acontece na postura positivista, a validade do conhecimento produzido pelo jornalismo também é contestada pelo paradigma ideológico. O paradigma ideológico se desenvolveu no âmbito da denúncia marxista da dominação de classe no capitalismo. Neste sentido, exerceu um papel demolidor sobre a epistemologia ocidental, destronando os mitos da neutralidade da ciência e da técnica e da imparcialidade do jornalismo, na forma como eram sustentados pelo anterior paradigma da objetividade. Este grande potencial negador levou a perspectiva do condicionamento ideológico a ser apropriada pragmaticamente por novos e velhos movimentos sociais nem sempre controlados pelo marxismo, e desde o momento em que este deixou de ser mero instrumento de crítica para se tornar doutrina de poder, o paradigma que criou voltou-se contra ele próprio. A contestação da verdade obrigatória da classe oprimida pelas outras verdades da religião oprimida, da nação oprimida, da etnia oprimida, da cultura oprimida, do sexo oprimido, da individualidade oprimida e até da natureza oprimida expôs o *reducionismo* daquele entendimento de verdade:

"Na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano, duas faces. Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras. Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária" (BAKHTIN, 1929:47).

A evolução do paradigma ideológico, no contexto do imediatismo e do individualismo que marcam a sociedade ocidental contemporânea, é caracterizada pelo abandono da dialética que lhe deu origem por uma adequação pragmática (o ceticismo conduz ao pragmatismo, conforme TOULMIN, 1958:232). Levada às últimas consequências, esta evolução conduziria a uma balcanização de todo o conhecimento. Toda e qualquer verdade passaria a representar uma intenção política e, sendo assim, toda e qualquer verdade deveria ser demolida pelas intenções concorrentes, sob o intenso tiroteio ideológico na luta pela supremacia da definição do *politicamente correto*. Esse desdobramento, porém, não permite a superação do reducionismo criticado em sua origem, apenas o substitui por outros, cada vez mais estreitos.

Assim, por um lado, o paradigma ideológico tem o mérito de revelar novos aspectos da produção de conhecimento, tanto pela explicitação de sua subjetividade ocultada no positivismo, quanto na vinculação do discurso com o seu contexto. Mas, por outro, tende a enfatizar o aspecto subjetivo do conhecimento em detrimento de seu aspecto objetivo, perdendo-se na relatividade do subjetivismo. O paradigma ideológico tem dificuldade para explicar como, apesar de tudo, o conhecimento reflete de alguma forma a realidade objetiva ao mesmo tempo que a refrata pela ideologia. Na tentativa de fazê-lo, quase sempre procura uma reconciliação com o paradigma positivista que destruiu, caindo em contradição com seus pressupostos.

A constatação da subjetividade inerente a toda e qualquer atividade de conhecimento tende a produzir outras soluções teóricas,

a nível da "filosofia prática", para recompor a coerência de seus agentes e orientar a sua atuação. Estas soluções podem conduzir a um outro extremo (a suposição de que nenhuma objetividade existe) ou à busca de uma conciliação, admitida como precária mas tida como necessária (a objetividade perfeita é inatingível mas é um ideal a perseguir). Ambas padecem do mesmo erro a que conduziu o anterior paradigma de que agora pretendem escapar: confundem a verdade (no discurso) com a realidade (no referente).

Na perspectiva da intersubjetividade, a objetividade se define em relação à realidade e não ao discurso (nem a sua forma, nem aos procedimentos de sua construção). O discurso não se torna objetivo pela postura de seu autor, torna-se objetivo quando é exteriorizado por este autor e assim passa a fazer parte de uma realidade concreta exterior a ele. Neste ponto de vista, a objetividade não teria nenhuma relação necessária com a verdade: pelo contrário, uma obra de ficção e uma mentira intencionada poderiam se tornar tão objetivas quanto uma notícia produzida com rigor e mesmo uma obra científica.

Para BAKHTIN (1929:118), o pensamento não se objetiva negando a sua subjetividade, ele só se objetiva materializando-se na ação, intervindo no concreto: "Enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser consciente, com uma expressão embrionária em forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu raio de ação ainda limitado. Mas assim que passou por todas as etapas de objetivação social, que entrou no poderoso sistema da ciência, da arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real, capaz mesmo de exercer em

retorno uma ação sobre as bases econômicas da vida social."

Na produção de qualquer discurso, como em toda prática humana, objetividade e subjetividade estão presentes:

"A atividade do sujeito prático se nos apresenta nessa dupla vertente: por um lado, é subjetiva enquanto atividade de sua consciência, mas, num sentido mais restrito, é um projeto objetivo na medida em que os atos e operações que executa sobre uma determinada matéria existente independente de sua consciência, de seus atos psíquicos, podem ser comprovados inclusive objetivamente por outros sujeitos. (...) A atividade prática desenvolvida por um indivíduo é, por isso, simultaneamente subjetiva e objetiva, dependente e independente de sua consciência, ideal e material, e tudo isso em unidade indissolúvel. O sujeito, por um lado, não prescinde de sua subjetividade, mas também não se limita a ela; é prático na medida em que se objetiva, e seus produtos são a prova objetiva de sua própria objetivação"(SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1967:241-2).

Mas, se na perspectiva da intersubjetividade do conhecimento a distinção entre subjetividade e objetividade "perde os seus contornos dicotômicos e assume a forma de um *continuum*" (SOUSA, 1988:26), esse ponto de vista permite uma nova distinção. O anterior paradigma da objetividade, ao não distinguir a verdade da realidade, confundia também a forma com o conteúdo. Um segundo sentido atribuído à noção de objetividade refere-se à forma do discurso, e aí a objetividade também existe. No jornalismo, distingue o texto objetivo de um texto interpretativo ou opinativo. Nas ciências, refere-se à adequação lógica entre os pressupostos e

as conclusões de uma observação controlada da realidade a partir de um ponto de vista arbitrário que exclui os demais. A validade deste tipo de objetividade formal se esgota na aferição da adequação da forma, mas o paradigma da objetividade utilizava-a como critério de validação do conteúdo. Por esse caminho, "a forma absorve o conteúdo, de modo que a contradição existente entre conteúdo em mudança e forma imóvel fica substituída pela idéia universal, abstrata, invariável, resultado da ocultação do conteúdo pela forma"(VIEIRA PINTO, 1969:194).

A precariedade do paradigma positivista para explicar a realidade e seu conhecimento fica evidente quando se constata que os fatos não são uma realidade exclusivamente objetiva, eles próprios são construções humanas e, como tal, têm um componente subjetivo inseparável. Os fatos referem-se à realidade e, uma vez objetivados, pertencem à realidade, mas não são a realidade mesma. Antes, são um fenômeno circunscrito à prática do conhecimento: "a natureza não estabelece fatos, eles só aparecem dentro de enunciados definidos por seres humanos para se referirem à rede sem nós da atualidade que têm a sua volta"(ONG, 1982:68).

A constatação do componente subjetivo dos fatos sugere que tudo que é reconhecido como um fato é arbitrário e relativo. Por outro lado, a constatação de que esse conhecimento se objetiva ao se exteriorizar do sujeito e interferir na realidade; e que o próprio sujeito não surge do nada, mas se constitui em relação com uma realidade objetiva pré-existente a ele, implicam no reconhecimento de que esta relatividade e arbitrariedade dos fatos também não é absoluta.

A perspectiva da intersubjetividade permite considerar as dimensões objetiva e sub-

jetiva do conhecimento sem forçar uma conciliação entre os paradigmas anteriores, mas propondo a superação de ambos. A teoria da argumentação, desenvolvida no âmbito do novo paradigma, propõe uma alteração nos critérios de aferição da verdade no conhecimento. Em comum com o paradigma ideológico, a teoria da argumentação reconhece a subjetividade inerente a toda a forma de conhecimento. Mas, ao contrário do paradigma ideológico, estabelece um limite lógico para a relatividade que essa subjetividade implica: se todo o conhecimento é relativo, esta relatividade também o é. O elemento lógico que limita a relatividade deve ser buscado não mais no âmbito interno do discurso, como propunha o paradigma positivista, mas na relação deste discurso com o contexto em que é produzido:

"O recurso à teoria já não serve como tribunal último de recurso intelectual: eles são antes *topói* num sentido aristotélico: úteis em algumas circunstâncias, irrelevantes noutras (argumentos corretos em clínica médica podem ser irrelevantes, por exemplo, em física experimental). (...) Então, em vez de procurar uma *Teoria da Prática* formal, devemos por isso encarar a *teorização* - pragmaticamente - como um tipo de *prática* entre muitas outras. (...) Na medida em que todos os conceitos, itens lexicais, e outros suportes de sentido, adquirem este sentido em contextos limitados - no interior de atividades específicas desenvolvidas para servir propósitos mais ou menos específicos - a solidez intelectual dos argumentos em que figuram é em si mesmo limitada, de aplicação restrita, e portanto *tópica*"(TOULMIN, 1994:28).

A categoria da intersubjetividade que embasa a teoria da argumentação permite tam-

bém superar os limites da prática como critério de aferição de verdade numa perspectiva puramente subjetiva, tal como concebida pelo pragmatismo e, por outro lado, a coloca num plano mais tangível que o da *totalidade concreta*, sustentada pelo materialismo dialético, cuja reificação conduziu ao reducionismo e produziu novas formas de mistificação da realidade.

Na teoria da argumentação, a intersubjetividade substitui a objetividade (no segundo sentido exposto - o formal, que sustenta a objetividade científica e a objetividade jornalística) como critério de aferição de verdade. A intersubjetividade é o parâmetro lógico que estabelece e ao mesmo tempo limita a relatividade de todo o conhecimento.

Ao contrário da objetividade, porém, o parâmetro da intersubjetividade não é fixo nem arbitrário. Existem diversos níveis de intersubjetividade - diversos auditórios - que estabelecem diversos parâmetros de validade (como a ideologia, a cultura), alguns mais universais que outros. Em cada auditório, podem coexistir diversos campos de validação de argumentos cujos critérios eventualmente se contradigam (o filosófico e o religioso, as diferentes disciplinas científicas). E tanto estes auditórios quanto estes campos variam no espaço e no tempo, são construções não apenas sociais mas também históricas.

A teoria da argumentação permite superar dificuldades da epistemologia não apenas enquanto teoria da ciência, mas também enquanto teoria do jornalismo. Ao redefinir os critérios de aferição da verdade, admite a possibilidade do jornalismo operar em outro campo que não o da ciência, dirigir-se a um outro tipo de auditório e, por uma razão e por outra, possuir uma lógica própria e uma

racionalidade que tem escapado tanto ao paradigma positivista - ao descrevê-lo como ciência mal feita - quanto ao paradigma ideológico - ao descrevê-lo como mera distorção da realidade.

Em relação ao campo lógico, o jornalismo como forma de produção de conhecimento distingue-se da ciência por operar no terreno do senso comum. "Descende da mais antiga e singela forma de conhecimento - só que, agora, projetada em escala industrial, organizada em sistema, utilizando fantástico aparato tecnológico" (LAGE, 1992:14-5). Em consequência, como propõe GENRO FILHO (1987:58), é necessário ressaltar que o jornalismo como gênero de conhecimento difere do senso comum pela sua forma de produção: nele, a imediaticidade do real é um ponto de chegada e não de partida. No entanto, se isso o diferencia quanto aos atores, às mediações e intenções que interferem no discurso, não o deslocam do campo lógico em que se situa.

O conhecimento do senso comum foi até bem pouco tempo desprezado pela teoria, uma vez que toda a ciência moderna se constituiu com base na sua negação. Mas, na medida em que as ciências humanas passaram a valorizar a observação do cotidiano para o desvendamento das relações sociais, o que era visto como "irrelevante, ilusório e falso" começou a aparecer não só como um objeto digno de consideração pela teoria do conhecimento mas, em última análise, como o seu objeto principal. BERGER & LUCKMANN (1966:29-30) partem de Alfred SCHUTZ para definir esta posição em relação à sociologia do conhecimento:

"O pensamento teórico, as *idéias*, *Weltanschauungen*, não são tão importantes assim

na sociedade. Embora todas as sociedades contenham estes fenômenos, são apenas parte daquilo que é considerado *conhecimento*. (...) Exagerar a importância do pensamento teórico na sociedade e na história é um natural engano dos teorizadores. (...) As formulações teóricas da realidade, quer sejam científicas ou filosóficas quer sejam até mitológicas, não esgotam o que é *real* para os membros de uma sociedade. Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens *conhecem* como *realidade* em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o *conhecimento* do senso comum, e não as *idéias*, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente este *conhecimento* que constitui o tecido de significados sem a qual nenhuma sociedade poderia existir".

O senso comum corresponde a uma atitude cognitiva percebida como natural. "A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana"(BERGER & LUCKMANN, 1966:40). Além disso, a atitude cognitiva natural estabelece uma certa percepção da realidade como dominante:

"Comparadas à realidade da vida cotidiana, as outras realidades aparecem como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcada por significados e modos de experiência delimitados. A realidade dominante envolve-as por todos os lados, por assim dizer, e a consciência sempre retorna à realidade dominante como se voltasse de uma excursão"(BERGER & LUCKMANN, 1966:43).

É o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao modo de conhecimento do jornalismo tanto a sua fragilidade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação.

SANTOS (1988:56) descreve algumas características do conhecimento do senso comum:

"O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na ação e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio de igualdade de acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha as estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significati-

vas no real. Por último, o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade".

Evidentemente, como todo conhecimento, o senso comum não é tão democrático como sugere o termo. O conhecimento é repartido socialmente, e a atitude cognitiva natural de um indivíduo com formação superior, independente de sua especialização, incorpora um grau de problematização da realidade que não é acessível a quem foi privado da escola básica. E incorpora, também, um conjunto de *saberes* produzidos pela ciência porém apreendidos sem a problematização que lhes deu origem, na medida em que a maior parte dos conhecimentos socializados pela educação não são demonstrados, mas aceitos como não problemáticos pelo argumento de autoridade das instituições de ensino (PERELMAN, 1977:109).

Como propõem BERGER & LUCKMANN, a distribuição social do conhecimento começa com o simples fato do indivíduo não conhecer tudo o que é conhecido por seus semelhantes, e vice-versa, e culmina em sistemas de perícia extraordinariamente complexos e esotéricos: "Na vida cotidiana sei, ao menos grosseiramente, o que posso esconder de cada pessoa, a quem posso recorrer para pedir informações sobre aquilo que não conheço e geralmente quais os tipos de conhecimento que se supõe serem possuídos por determinados indivíduos". (...) O conhecimento do modo *como* o estoque disponível de conhecimento é distribuído, pelo menos em suas linhas gerais, é um importante elemento deste próprio estoque de conhecimento"(BERGER & LUCKMANN, 1966:68).

A distribuição social de conhecimentos, desta forma, não se dá apenas em termos

quantitativos (uns conhecem mais do que outros), mas também qualitativos (conhecem coisas diferentes). Cada campo de conhecimento é compartilhado por um auditório específico. A questão dos auditórios, assim como a dos campos lógicos, estabelece diferenças entre o modo de conhecimento das ciências e do jornalismo.

A linguagem formal dos cientistas justifica-se por sua universalidade, a universalidade ideal de seu auditório. Porém, esta universalidade será igualmente formal, uma universalidade de direito mas não de fato, uma vez que esta linguagem só circula por determinadas redes e cria uma incomunicação crescente entre os dialetos das diversas especialidades. Neste sentido, quanto mais as ciências produzem conhecimento, mais tornam opaco este conhecimento (VIEIRA PINTO, 1969:165-6). Para penetrar nesta opacidade, é necessário também penetrar na rede institucional que a mantém, através dos processos pedagógicos específicos:

"Na sociedade moderna já não há código comum, evidente e geral. Se há evidência, é do desaparecimento do código geral. (...) O que substitui o código, permitindo aos membros da sociedade a decifração rápida das mensagens a eles dirigidas? (...) É a existência dum certo número de redes (organizações) que são verdadeiros sistemas constitutivos desta sociedade. As pessoas fazem parte de tal ou tal rede. Ora, as redes emitem mensagens utilizando canais que estabelecem e dominam. Servem-se de códigos. Não revelam um código que poderia apanhar os seus segredos"(LEFÉBVRE, 1966:139).

Já o ideal de universalidade do jornalismo caminha em outra direção. O auditório universal que idealmente persegue refere-se a

uma outra rede de circulação de conhecimento, constituída pela comunicação para devolver à realidade a sua transparência coletiva. É uma universalidade de fato, embora precária, porque só estabelecida institucionalmente de forma indireta e imperfeita, tal e qual o espaço público pressuposto pelo ideal democrático que a precede e a requer. Sua amplitude é também limitada em outra direção, a intenção do emissor na delimitação do universo do público alvo. Mas é na preservação deste auditório ideal que o jornalismo encontra uma de suas principais justificações sociais: a de manter a comunicabilidade entre o físico, o advogado, o operário e o filósofo.

Este diferente auditório estabelece restrições pragmáticas que condicionam a transferência do conhecimento dos campos finitos de significação pelo jornalismo: "Se o juiz diz que *expedirá o alvará de soltura*, escreve-se que ele *mandará soltar o acusado*, e o paciente com *neoplasia no útero*, conforme está escrito no diagnóstico, terá *câncer no intestino*; por mais que isso desagrade aos advogados e aos médicos, as expressões se equivalem, para os fins práticos de um leitor não-especialista (LAGE, 1985b:34-5)."O desagrado se deve ao fato do modo de conhecimento da ciência caminhar em sentido oposto: "Uma das principais vocações da comunidade científica consiste em reorganizar as classificações admitidas pelo resto da sociedade"(LÉVY, 1990:183).

O diferente auditório implica num diferente tipo de argumentação. Conforme a classificação de PERELMAN, o discurso do jornalismo é um discurso convincente, não um discurso persuasivo como seria o pedagógico:

"Em vez de considerar que a persuasão se dirige à imaginação, ao sentimento, numa palavra, ao autômato, e que o discurso convincente faz apelo à razão, em vez de as opor uma à outra, como o subjetivo ao objetivo, pode-se caracterizá-las, de uma forma mais técnica, e também mais exata, dizendo que o discurso dirigido a um auditório particular (*a um campo finito de significação, diriam BERGER & LUCKMANN*) visa persuadir, enquanto que o que se dirige ao auditório universal visa convencer. (...) Um discurso convincente é aquele cujas premissas e cujos argumentos são universalizáveis, isto é, aceitáveis, em princípio, por todos os membros do auditório universal"(PERELMAN, 1977:37).

Ainda conforme PERELMAN (1977:41), neste caso "a finalidade da argumentação não é, como a da demonstração, provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas transferir para as conclusões a adesão concedida às premissas". A retórica da notícia se baseia em transferir para os fatos novos que trás à tona a adesão do público à realidade dominante. É um tipo de retórica mais fácil de detectar no discurso - no uso da linguagem - do que na forma linguística em si. E é este artifício que garante a sua eficácia: "Uma figura é argumentativa se o seu uso, implicando uma mudança de perspectiva, parece normal em relação à nova situação assim sugerida. Pelo contrário, se o discurso não implica a adesão do auditor a figura será percebida como ornamento, figura de estilo, permanecendo ineficaz como meio de persuasão"(PERELMAN, 1977:58).

Para LAGE (1985b:25), a notícia tem forma axiomática, "isto é, se afirma como verdadeira: *não argumenta*, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia, é

fraude ou erro."A posição de PERELMAN considera a argumentação num sentido um pouco diverso, no qual o uso do termo conforme proposto por LAGE, no sentido lógico, significaria *não demonstra*, referindo-se a um tipo de argumentação específico. "O estatuto dos axiomas, dos princípios de que se parte, é diferente na demonstração e na argumentação. (...) O que é que distingue a argumentação de uma demonstração formalmente correta? Antes de tudo, o fato de, numa demonstração, os signos utilizados serem, em princípio, desprovidos de qualquer ambiguidade, contrariamente à argumentação, que se desenrola numa língua natural, cuja ambiguidade não se encontra previamente excluída"(PERELMAN, 1977:29). PERELMAN, na trilha de NIETZSCHE, considera que a linguagem natural é originalmente retórica.

Na linha da análise do discurso, VAN DIJK relaciona a retórica da notícia a sua intenção pragmática, enquanto ato de fala:

"No nível cognitivo-semântico, desejamos que as pessoas entendam o que dizemos sobre certos acontecimentos e situações. Quer dizer, desejamos enviar uma mensagem ao outro lado. (...) Pragmaticamente, também temos a intenção de que ocorra algo parecido para o ato de fala que desenvolvemos mediante a expressão desses significados subjacentes: desejamos que nosso parceiro de conversa compreenda que o que dizemos teve uma intenção de ser uma afirmação, um pedido ou uma ameaça. (...) Também queremos que ele ou ela aceitem o que dizemos, ou seja, creiam em nossas afirmações, realizem as ações solicitadas e executem nossas ordens. Em termos pragmáticos, nossos atos de fala não só devem desempenhar funções ilocutivas mas também efeitos perlocu-

tivos. Em termos retóricos, ou do estudo da comunicação da fala, isto significa que nos achamos implicados num processo de persuasão"(VAN DIJK, 1980:123-4).

Nas notícias, predomina o ato de fala assertivo. "A dimensão perlocutiva ou persuasiva que apóia estas intenções na prática é a formulação de significados de uma maneira tal que não só se entendam, mas que também se aceitem como verdade ou pelo menos como possível verdade."Neste sentido, VAN DIJK (1980:125) propõe que a dimensão persuasiva do texto não implica necessariamente numa argumentação aparente: "Os argumentos explícitos ou implícitos influem no trabalho cognitivo que realizamos quando consideramos a aceitação de uma proposição afirmada pelo falante".

VAN DIJK (1980:126-7) identifica as estratégias retóricas na notícia que concorrem para este fim:

- "a) sublinhando a natureza factual dos acontecimentos (mediante descrições diretas, utilizando evidências de testemunhos próximos, utilizando a evidência de citações de fontes consideradas fiáveis pelo auditório, utilizando sinais que indicam precisão e exatidão);
- b) construindo uma estrutura relacional sólida para os fatos (mencionando os acontecimentos prévios como condições ou causas, predizendo os acontecimentos seguintes como consequências possíveis, inserindo fatos dentro de modelos situacionais bem conhecidos, que os convertem em relativamente familiares mesmo quando são novos, utilizando conceitos e argumentos conhecidos, organizando os fatos em estruturas bem conhecidas, como nas narrativas);
- c) inserindo na informação atitudes e emoções (a emoção influi na cognição pela aten-

ção que desperta, e pode condicionar, positiva ou negativamente, a memorização, e a variedade de opiniões concorre para a veracidade, inclusive porque inclui as opiniões mais próximas ideologicamente, que recebem maior atenção)".

Neste caminho, pode-se dizer que o jornalismo objetivo não argumenta apenas do ponto de vista formal, uma vez que a sua forma não apresenta as premissas enquanto tal (a arquitetura do argumento, como descrita por TOULMIN, aparece de maneira incompleta). No entanto, elas estão presentes nos pressupostos que o jornalista, baseado no senso comum, supõe serem conhecidos do auditório a que se dirige. A suposição é quase sempre eficaz na medida em que o senso comum, sendo intersubjetivo, é em grande parte compartilhado pelo produtor da notícia e seu público. Todavia, ela por vezes falha, porque o senso comum é também o mercado das trocas ideológicas, e a linguagem natural sua moeda corrente. Quando isso ocorre, a argumentação mostra-se como tal e tanto ela quanto a ilusão de objetividade - sustentada sobre o axioma formal - desmoronam por petição de princípio:

"*Povo, público e população; ditador, líder e governante, capangas (de um gangster), guarda-costas (de um político e responsáveis pela segurança (de uma autoridade); burocrata, servidor público* - são séries que indicam a responsabilidade implícita na escolha. Um soldado irregular será mercenário, guerrilheiro, terrorista ou combatente. No plural, perderá o nome (a individualidade) para se tornar vaga concretização de nacionalistas, republicanos, muçulmanos, católicos ou qualquer apelido mais que recebam as coletividades motivadas de nosso tempo"(LAGE, 1979:52).

Na informação jornalística, ocorre com mais frequência a "petição de princípio escondida num só termo"(PERELMAN, 1977:42). Trabalhando com signos por natureza ambíguos, não pode se desligar totalmente de suas diversas conotações e implicações. "Basta que uma dessas palavras seja usada freqüentemente em dado contexto (como *júri*, nos tribunais) para que contamine de uma sugestão (no caso, a responsabilidade da instituição judicial) que a acompanha quando transposta para outros contextos (o da escolha de *Miss Busto*, por exemplo)"(LAGE, 1979:52).

Partindo de premissas retiradas necessariamente do senso comum, a argumentação da notícia parte do que o auditório já sabia, ou era suposto saber. "Se o avião caiu, é claro que existia o avião e que o avião pertence à categoria das coisas capazes de cair"(LAGE, 1979:41). Em virtude disto, a novidade contida numa notícia é limitada. Como propõe VAN DIJK, esta novidade "é a ponta de um *iceberg* de pressuposições e, em consequência, da informação previamente adquirida":

"Quando consideramos a quantidade de conhecimentos e crenças necessários para interpretar as orações e sequências de orações, os discursos reais acabam assemelhando-se muito ao modelo do *iceberg*: só a informação da parte superior é visível como informação expressada no discurso mesmo. A maior parte da informação restante é compartilhada pessoal ou socialmente e está cognitivamente representada pelos usuários da linguagem e, em consequência, pode permanecer implícita no texto e pressuposta pelo falante"(VAN DIJK, 1980:96).

Esta constatação sugere que o conhecimento proporcionado pelo jornalismo tem

um duplo papel na construção do senso comum, em que a revelação da novidade refere-se a apenas um aspecto. A compreensão da notícia envolve o processamento "de grandes quantidades de informação estruturadora, repetida e coerente, que sirva como base para ampliações mínimas e outras mudanças em nossos modelos do mundo"(VAN DIJK, 1980:248).

Por outro lado, a revelação da novidade é um dado estrutural da retórica do jornalismo - a conclusão a que conduz a sua argumentação. A forma com que chega a esta novidade também é diferente daquela utilizada pela ciência. Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, o jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências.

GENRO FILHO (1987:163) apóia-se nas categorias hegelianas do *universal*, *particular* e *singular* para definir o modo de conhecimento produzido socialmente pelo jornalismo:

"...o critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineados ou insinuados pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são *negados* em sua preponderância

ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo".

GENRO FILHO (1987:57) aplica as categorias de HEGEL em sua teoria do jornalismo a partir da estética de Georg LUKÁCS, que as utilizou antes para definir a arte. Por isso, acompanha esta utilização original colocando a arte no campo do particular e as ciências e a filosofia, indistintamente, no campo do universal. Se desprezarmos a questão da arte, cuja consideração não contribui para a comparação entre as retóricas referenciais, a nosso ver seria mais produtivo e mais exato considerar o jornalismo por enquadrar a realidade no ângulo do singular, as ciências no ângulo do particular e a filosofia no ângulo do universal. O marxismo de GENRO FILHO não distinguia entre ciência e filosofia, mas as ciências operam em domínios especializados, e seu êxito está na explicação local e não global (ATLAN, in PESSIS-PASTERNAK, 1991:76-8).

A cristalização no singular explica também como o jornalismo consegue produzir informação nova com uma grande economia de meios em relação aos outros modos de conhecimento: "Como o novo aparece sempre como singularidade, e esta sempre como o aspecto novo do fenômeno, a tensão para captar o singular abre sempre uma perspectiva *crítica* em relação ao processo. A singularidade tende a ser crítica porque ela é a realidade transbordando do conceito, a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma"(GENRO FILHO, 1987:212).

O paradigma da intersubjetividade, através das teorias da argumentação e do discurso, permite assim chegar mais perto do que seria uma *fisiologia normal* do jornalismo como forma de conhecimento. É pos-

sível, como propõe LAGE (1979:37), isolar teoricamente "uma organização relativamente estável", dissociando esse "componente lógico" das ideologias que inevitavelmente o contaminam na realidade concreta - o "componente ideológico" que caracteriza a patologia diagnosticada pelo paradigma ideológico, para encontrar a sua especificidade, uma vez que a ideologia é um fenômeno social mais geral.

Ao mesmo tempo, este esboço de sua fisiologia permite constatar que o jornalismo não é uma "ciência mal feita", como propunha o paradigma positivista, simplesmente porque não é uma ciência e nem pode aspirar a ser tal. Por um lado, o jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências (a ciência exclui o singular, cf. ATLAN in PESSIS-PASTERNAK, 1991:72); por outro, é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar. "O universo das notícias é o das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por trás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam"(LAGE, 1985b:23).

Bibliografia:

BACCEGA, Maria Aparecida

1993 "Verbal Language and Mass Media" in MELO, J.M. (org.) *Communication for a New World- Brazilian Perspectives*. São Paulo, ECA-Usp, 1993

BAKHTIN, Mikhail

1929 *Marksizm i filossófia iaziká*. ut. trad. brasileira: *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1986

1979 *Estetika Slovesnogo Tvortchestva*. ut. trad. brasileira: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1992

BARBERO, Jesús Martín

1995 "América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social" in SOUSA (1995).

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas

1966 *The Social Construction of Reality*. ut. trad. brasileira: *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973.

GENRO FILHO, Adelmo

1987 *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Editora Tchê.

KOSÍK, Karel

1963 *Dialektika Konkrétního*. ut. trad. brasileira: *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

LAGE, Nilson

1979 *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis, Vozes.

1985a *Linguagem Jornalística*. São Paulo, Ática.

1985b *Estrutura da Notícia*. São Paulo, Ática.

LÉFÉBVRE, Henry

1966 *A Linguagem e a Sociedade*. trad. portuguesa: Lisboa, Ulisseia, s.d.

LÉVY, Pierre

1990 *Les technologies de l'Intelligence - L'avenir de la pensée à l'ère informatique*. ut. trad. portuguesa: *As Tecnologias da Inteligência. O Futuro do Pensamento na Era Informática*. Lisboa, Instituto Piaget, 1994

MATTELART, M & MATTELART, A.

1989 *O carnaval das imagens*. São Paulo, Brasiliense.

MEDITSCH, Eduardo

1987 "Positivismo prático e crítica teórica". *Revista de Comunicações e Artes* (17). São Paulo, ECA-Usp, p. 105-174

1989 "Método científico e método jornalístico". *Revista Brasileira de Comunicação* (Intercom 60). São Paulo, Intercom, p. 55-61

1991 "O poder da morte e a agonia do jornalismo". *Revista Brasileira de Comunicação*, ano XIV (64). p. 34-44

1992 *O Conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina.

1998 "Jornalismo como forma de conhecimento." *Revista Brasileira de Comunicação*. Vol XXI, n 1, p 25-38

1999 *A Rádio na Era da Informação. Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo*. Coimbra, Minerva.

ONG, Walter

1982 *Orality & Literacy: the technologizing of the word*. London, Routledge.

PERELMAN, Chaim

1977 *L'empire rhétorique*. ut. trad. portuguesa: *O Império Retórico: Retórica e Argumentação*. Porto, Edições Asa, s.d.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta

1991 *Faut-il brûler Descartes? Du chaos à l'intelligence artificielle: quand les scientifiques s'interrogent*. ut. trad. portuguesa: *Será preciso queimar Descartes? Do caos à inteligência artificial: quando os cientistas se interrogam*. Entrevistas. Lisboa, Relógio D'Água, 1993

PROKOP, Dieter

1986 *Sociologia*. Organização de Ciro Marcondes Filho. São Paulo, Ática.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolfo

1967 *Filosofia de la Práxis*. ut. trad. brasileira: *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza

1988 *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento.

1994 *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto, Afrontamento.

SCHUDSON, Michael

1995 *The power of news*. London/Cambridge, Harvard University Press

SOUSA, Mauro Wilton de

1995 *Sujeito: o lado oculto do Receptor*. São Paulo, Brasiliense.

TOULMIN, Stephen Edelston

1958 *The Uses of Argument*. Cambridge, Cambridge University Press.

1994 "Racionalidade e Razoabilidade" in CARRILHO, M.M. (coord.) *Retórica e Comunicação*. Lisboa, Edições Asa, 1994

TRAQUINA, Nelson

1993 (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias, "Estórias"*. Lisboa, Vega.

2000 (org) *Jornalismo 2000*. Lisboa, Relógio D'água.

VAN DIJK, Teun

1980 *News as Discourse* ut. Trad. espanhola *La Noticia como Discurso*. Barcelona, Paidós, 1990.

1992 *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo, Contexto.

VIEIRA PINTO, Álvaro

1969 *Ciência e Existência*. Petrópolis, Vozes.